

Número do Projeto CBM:

SOLICITAÇÃO DE APOIO PARA UM PROJETO



SEÇÃO A: Informação básica

Nome do parceiro	Fundação Menino Jesus de Nazaré
------------------	---------------------------------

País: Brasil	Estado: Acre	Cidade: Cruzeiro do Sul	Nº. 2300
--------------	--------------	-------------------------	----------

1.	Título do Projeto
	Acompanhamento em RBC

Data de início do planejamento original	30/06/2015	Data da última revisão do planejamento ¹ :	
---	------------	---	--

Plano válido para os anos:	2016	2017	2018	
----------------------------	------	------	------	--

Orçamento projetado por ano:	Euros 18.108	Euros 19.600	Euros 20.700		
------------------------------	--------------	--------------	--------------	--	--

Montante total solicitado à CBM	Euros 58.408
---------------------------------	--------------

	Sim	Não
Esta proposta foi entregue por um novo parceiro da CBM? ² .	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Este projeto foi entregue por um parceiro da CBM, tratando-se de uma <u>extensão de uma atividade já apoiada ou de uma nova atividade</u> ? ³ .	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

¹ No caso em que o plano foi revisado/modificado, este quadro indica a data da última versão do planejamento

² O presente plano de 3-5 anos trata de atividades que ainda não foram apoiadas pela CBM.

³ El presente plan de 3-5 años solicita fondos para la mismas o extendidas actividades que fueron apoyados por la CBM durante los últimos 3-5 años o para nuevas actividades.

A1 Dê uma breve descrição do projeto proposto (máximo um quarto de página).

FUNDAÇÃO MENINO JESUS DE NAZARÉ

A Fundação Menino Jesus de Nazaré, através deste projeto, continuará trabalhando com a proposta de Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), visando contribuir para que as pessoas com deficiência e seus familiares, dos Municípios de Crizeiro do Sul, Mâncio Lima e Guajará, procurando lhes proporcionar melhores condições de vida, tirando-os da exclusão familiar, escolar e comunitária, de forma a incentivar o desenvolvimento de suas potencialidades junto à sua comunidade, de forma a adquirir autonomia e contribuir com o ingresso no mercado de trabalho. Para isso constituiremos uma rede de apoiadores e parceiros que juntamente com as pessoas com deficiência, seus familiares, comunidade, instituições governamentais e outro(s) projeto (s) de pessoas com deficiência, somarão esforços na constituição de uma rede de apoio à pessoa com deficiência e na cobrança do cumprimento das políticas públicas.

A2 Nome e endereço da organização legalmente responsável pelo projeto

Pessoa de contato: Pe. Herbert Douteil

Correio eletrônico: fundacaomeninojesusfmjn@gmail.com

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 808 - Centro

CEP: 69980-000

Cruzeiro do Sul – AC

A3 Nomes/s e cargo/s da pessoa/s responsável pelo projeto.

Responsável geral do projeto: Pe. Herbert Douteil

Responsável pelos relatórios narrativos: José Valderí Farias de Souza, Valdenísio Martins Leitão e Marta Monteiro da Silva França

Responsável pelos relatórios financeiros: José Valderí Farias de Souza, Valdenísio Martins Leitão e Marta Monteiro da Silva França

SEÇÃO B: Parceiro, administração do projeto e estrutura

B1 Descreva a estrutura organizacional do projeto proposto e indique como esta estrutura se encaixa na estrutura geral da organização. *(Por favor inclua o organograma da estrutura geral da organização e resalte com alguma cor a parte correspondente ao projeto proposto.*

Conselho Curador

- Pe. Herbert Heinrich Mattias Douteil
CPF nº. 226.393.731-53 e RG nº. RNE 162265-P
- Luis Mário Padilha
CPF nº. 902.792.207-15 e RG nº. 63948087- IFP-RJ
- Stefan Hanisch RNE Y 233931-4 e CPF nº 631825483-87
- Cosma Rosiana da Silva Bonifácio
CPF nº. 696.668.302- 72 e RG nº. 1417564-9 SSP-AM
- Maria Lígia Marques Martins da Conceição
CPF nº. .307.924.442-72 e RG nº. 1116042-0- SSP-AM

Conselho Diretor

- José Valderi Farias de Souza
CPF: 385.116.492-04 e RG: 0974918-7
- Valdenísio Martins Leitão
CPF: 359.489.812-15 e RG: 212155 SSP-AC
- Marta Monteiro da Silva França
CPF: 024.699.662-56 e RG: 1097997-2 SSP-AC

Conselho fiscal

- Joaquim Sabino da Costa neto
CPF: 586.112.582-15 e RG: 0297343 SSP-AC
- Alberto Arns
CPF: 040.588.102-97 e RNE W 161766-8
- Idalécio Silva Lima
CPF: 698.565.592-00 e RG: 13492233 SESP-AM

B2 Descreva a missão da organização legalmente responsável, mencionando os programas vigentes e atividades principais que realiza.

- 1) *Favor incluir exemplos de atividades/êxitos de sua organização(por exemplo, o último relatório anual.*

De acordo com artigo 3º do Estatuto da Fundação Menino Jesus de Nazaré –
A Fundação terá como finalidades:

- a) Ajudar humanitariamente o quanto possível crianças com deficiência e seus familiares nos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima no Estado do Acre e Guajará no estado do Amazonas;
 - b) Assegurar que as crianças com deficiência desenvolvam o máximo suas capacidades físicas, mentais e sociais, para que possam conviver como pessoas úteis na sociedade e promovam na comunidade a convivência inclusiva;
 - c) Facilitar a inclusão das crianças com deficiência para o exercício de seus direitos fundamentais à vida, à educação e à saúde;
 - d) Incluir as crianças com deficiência na vida familiar e depois na sociedade;
 - e) Conscientizar a sociedade sobre a prevenção da deficiência usando para isso os meios de comunicação;
 - f) Incluir as famílias na comunidade, no acesso à saúde, à educação e ao trabalho;
 - g) Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças com deficiências;
 - h) Dialogar com as autoridades políticas e sociais para obter mais respeito e dar mais atenção às crianças com deficiência e seus familiares;
 - i) Incluir as crianças com deficiência em idade escolar no ensino regular.
 - j) A Fundação Menino Jesus de Nazaré canalizará, para conseguir suas finalidades, o produto das contribuições, doações, heranças, subvenções ou legados recebidos de seus colaboradores nacionais ou estrangeiros a fim de auxiliar, promover, facilitar, acompanhar, e executar programas de promoção das crianças com deficiência e seus familiares.
- 2) *Favor juntar uma cópia de sua licença/registro e qualquer outro acordo com serviços governamentais.*

B3 Indique a capacidade profissional e administrativa que tem a organização a respeito do projeto proposto.

Tabela 1

Detalhamento sobre o Pessoal que trabalhará no Projeto Proposto			
Número de Pessoas	Nome pessoa	Profissão/Capacitação	Cargo a desempenhar
1	José Valderi Farias de Souza	Pedagogo	Coordenador
2	Valdenísio Martins Leitão	Professor/letras	Coordenador
3	Marta Monteiro da Silva França	Graduando(Lic. em Matemática)	Secretária
4	Natividade Pinheiro da Silva	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
5	Cristina da Silva Castro	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
6	Socorro de Oliveira Costa	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
7	Vanderlene Nascimento	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
8	Maria Ligia Marques	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
9	Roberta Barretos	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
10	Magila Lima Caetano	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
11	Maria da Gloria França	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
12	Maria Dalmacia da Silva	Tecnica em enfermagem	Orientadora Comunitária
13	Iricelia de Queiroz Araujo	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
14	Maria Alzunivia Silva	Ensino Médio	Orientadora Comunitária
15	Helen Gleice Saraiva	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
16	Dr. Jairo Landasury	Oftalmologista	Oftalmologista
17	Dr. Victor Manuel	Neurologista	Neurologista
18	Dr. José Alberto	Pediatra	Pediatra
19	Dr. Luiz Fernando	Ortopedista	Ortopedista
20	Dr. Lothar Bischup	Pediatra	Colaborador
21	Ir. Inês	Religiosa	Coordenadora Past. Criança
22	Pe. Herbert Douteil	Religioso	Presidente
23	Dr. Luiz Mario Padilha	Advogado	Colaborador

B4 Que capacidade técnica e administrativa adicional é necessário para assegurar a implementação com êxito do projeto proposto?(Pode ser contratação de pessoal ou capacitações)

A Fundação Menino Jesus de Nazaré para desenvolver suas atividades com sistematicidade e eficiência precisará de pessoas preparadas técnica e socialmente - por isso investirá sempre em capacitações para o aprimoramento de novas técnicas e de novas metodologias de trabalhos, visando aperfeiçoar a forma de gerenciamento e prestação de contas, bem como assegurando-se em fazer tudo conforme as leis vigentes no Brasil e os procedimentos necessários solicitados por nossos parceiros.

SEÇÃO C: Contexto do Projeto

Informação sobre a área de cobertura

C1 Localização geográfica da área de cobertura.

A área de intervenção do Projeto está localizada na região norte do país, região do Alto Juruá, abrangendo dois municípios do estado do Acre, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, e no estado do Amazonas, onde é atendido o município de Guajará.

Mapa do Brasil (Em destaque com pontos vermelhos os municípios atendidos)



C2 Quais são as condições na área do projeto? *Favor especificar características geográficas e outros fatores relevantes que influem no desenvolvimento do projeto, como transporte, temas culturais, políticos, serviços existentes.*

Na amazônia tudo é gigantesco e exibente, desde a sua floresta, à diversidade de vida e efervescência cultura de nossa gente. Na região as distancias são sempre superlativas, basta ver a área que acompanhamos, apesar da baixa densidade geografica, é bem maior do que muitos países. A região, hoje muito pobre, já teve seus anos de gloria, especialmente, nos idos dos anos 50 até meados dos anos 80 do século passado, quando a boracha produzida na região abastecia as grandes fábricas de pneus europeu.

Com a decadência da produção da borracha a economia passou a funcionar a partir da produção agricula, especialmente com a produção, em grande escala, de farinha de mandioca, sendo considerada por especialistas como sendo a melhor farinha do país.

O comercio é tambbém um importante contribuidor na geração de renda e emprego, especialmente aquele concentrado na cidade de Cruzeiro do Sul/AC.

A industria ainda é incipiente e se desenvolve muito lentamente. A produção se resume à fabricação de derivados do guaraná, produção de cerâmicas, biscoitos de goma, militos e móveis em madeira.

A área atendida pelo Projeto tem as seguintes extensões:

Municípios atendidos	Superficie
Cruzeiro do Sul	7.781,5Km ²
Mâncio Lima	4.672,33 Km ²
Guajará	8.983,7 Km ²

C3 Características sócio-demográficas, sócio-econômicas e outras:

Socio-demográficas:

i) População:

Total: 122.098

Urbana (%): 68,9%

Rural (%): 31.1%

Por gênero (%): Homens 36.630

Mulheres 37.318

Idades: População:

Menores de 15 anos (%)	15 – 64 (%)	De 65 anos p/ mais (%)
------------------------	-------------	------------------------

O senso de 2010 apresentou os seguintes dados:

Municípios atendidos	População (Senso IBGE 2010)
Cruzeiro do Sul	78.444
Mâncio Lima	15.246
Guajará	14.074
TOTAL	107,764

Como podemos observar é difícil acompanhar uma região tão extensa e que somada chega a *um total de 24.741,59 Km²*, além do mais essa é uma região marcada por grande quantidade de chuvas no período do inverno e estiagem rigorosa no verão, praticamente são seis (6) meses com chuvas frequentes e mais seis (6) meses de quase nenhuma chuva, tudo isso dificulta os trabalhos desenvolvidos pela Fundação, pois nem sempre é possível disponibilizar transporte às pessoas que são acompanhadas por nossa instituição, sendo que no inverno as orientadoras comunitárias e os coordenadores têm dificuldades em chegar até as famílias, devido as chuvas, muita lama a ser superada e algumas áreas de terrenos “montanhosos” (ladeiras, como dizemos aqui). Toda essa realidade geográfica é ainda mais delicada quando alguém tem que se deslocar de cadeira de rodas, como é o caso de muitas de nossas crianças e adolescentes.

Outro fator que acreditamos ter grande influência sobre toda e qualquer ação a ser desenvolvida na área social (como é o nosso caso) é a falta de apoio das autoridades e instituições locais, no sentido de ajudar financeiramente os custos das atividades realizadas cotidianamente.

. Sempre houve muita promessa por parte de autoridades locais e políticos, porém, essa ajuda ao longo dos nossos quase doze (12) anos de existência ainda não chegou; como se sabe o Brasil é um país muito rico, mas marcado por uma das piores distribuições de renda do mundo e por graves problemas de corrupção praticadas por nossos políticos. Tudo isso são fatores que impedem gravemente o bom êxito de todo e qualquer projeto implementado na região, por isso a saída é trabalhar com o povo, conscientizando e tentando apontar para a construção de um outro mundo possível;

Ainda outro fator que exerce grande influência sobre o projeto é a cultura de um povo acomodado, que pouco se mobiliza para lutar por seus direitos.

Por último temos um sistema de saúde que funciona precariamente, falta profissionais, atendimento de qualidade, remédios e exames. Além de tudo isso falta a implementação e desenvolvimento, por parte do sistema público de saúde, de um modelo de saúde preventiva que chegue efetivamente às comunidades mais carentes.

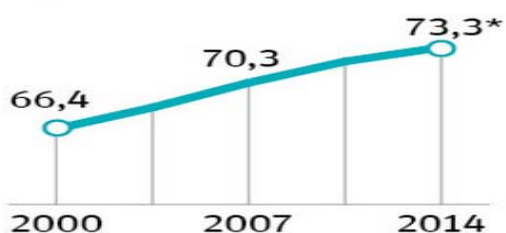
ii) Taxa anual de crescimento demográfico/populacional (%): 3% ao ano.

O Acre tem crescido a taxas superiores às nacionais: 3,01% a.a., entre 1980 e 1991, e 3,02% a.a. de 1991 a 1996, contra 1,93% e 1,36% a.a. do país, nos dois períodos, respectivamente. O crescimento da população urbana foi de 6,29% a.a. nos anos 80, enquanto a rural registrou redução de 0,55% a.a.. No período seguinte, a população urbana cresceu a 4,12% a.a. e a rural a 1,14% a.a.

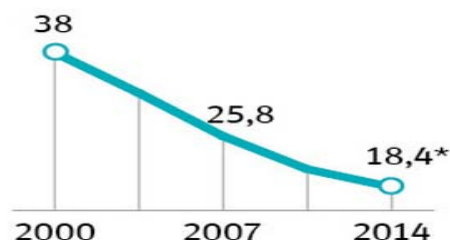
i) Esperança de vida ao nascer (anos):

Durante muitos anos a expectativa de vida do povo acreano estava abaixo dos setenta anos. Com o investimento e melhorias na área de saúde, saneamento básico e alimentação como também investimentos em emprego com melhores salários, a expectativa de vida do Estado do Acre juntamente com a Cidade de Cruzeiro do Sul passou para 73,3 anos ao nascer. A mortalidade infantil também vem diminuindo nos últimos anos.

EXPECTATIVA DE VIDA
Em anos
75,1 é a média Brasil



MORTALIDADE INFANTIL
Por mil
14,4 é a média Brasil



iv) Acesso a serviços básicos (%):

O estado do Acre em especialmente a cidade de Cruzeiro do Sul na qual o projeto está inserido, os serviços básicos para uma melhor qualidade de vida

do povo Cruzeirense ainda é muito precário, existem poucos hospitais e uma carência significativa de especialistas.

A maioria das famílias acreanas é pobre e carece dos serviços básicos de infra-estrutura:

- Apenas 35% das casas do Acre têm instalações internas para o provimento de água;
- Apenas 22% das famílias (1/5) têm acesso a uma rede de esgoto e apenas 1/5 da população têm em casa fossas sépticas. Mais de 70% , ou seja, 4/5 das famílias, não contam com sistema de coleta de lixo.

A taxa de analfabetismo no Acre, é dobro da brasileira, contabilizando quase 14 iletrados no universo de 100 pessoas (Agência Pública). Temos também um dos maiores índices do mundo de hepatite, malária e hanseníase.



Existem diversos programas que tentam melhorar a qualidade de vida do povo acreano e especialmente de Cruzeiro do Sul (ProAcre). Com base nos estudos e recomendações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, o ProAcre pretende melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ecológica e econômica das comunidades dando prioridade àquelas localizadas em zonas com maior urgência de atenção quanto ao acesso a serviços básicos e ordenamento ou adequação para o desenvolvimento sustentável, especialmente dentro de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e projetos de assentamento (tradicionais ou diferenciados).

O ProAcre atuará em várias frentes com ações envolvendo principalmente os seguintes setores: saúde, educação e produção. As atividades do projeto estão organizadas de acordo com o tipo de ação: provisão de serviços básicos, segurança alimentar e ampliação e modernização dos serviços para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável nas ZAPs rurais, além da

promoção da inclusão social e empreendedorismo nas ZAPs urbanas; e fortalecimento institucional.

v) Acesso a meios de transporte:

O acesso aos meios de transporte em nossa região é precário, disponibilizamos de apenas uma rota de ônibus em toda a cidade de Cruzeiro do Sul, mesmo assim funciona precariamente, cobrindo apenas uma pequena parte da população.

Em Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Guajará não existe transporte coletivo na cidade ou interior, o que existe é uma linha de ônibus ligando essas cidades a Cruzeiro do Sul Cruzeiro do Sul que funciona como centro financeiro da região, é para ela que acorrem todas as pessoas das cidades vizinhas quando necessitam adquirir bens de utilidade variadas, fazer consultas ou tratamentos mais complexos na área de saúde.

Em nossa região a maioria das pessoas se desloca via fluvial, existe uma extensa rede de rios e pequenos igarapés, que permitem boa navegação no inverno (período de chuvas) e se tornam praticamente inavegáveis no verão (período de seca/estiagem).

vi) Influência cultural (raças):

A influencia cultural do povo acreano pode-se dizer que deu-se a partir do extratisvo da borracha (seringueira), pois, foi a partir do produto extraído dessa árvore – o látex – que contingentes de imigrantes foram ocupando a região, com a finalidade de trabalhar como extratores do “ouro branco”. A migração para terras acreanas adquiriu maior impulso entre 1877 e 1879, quando houve a maior crise sócio-econômica na Região Nordeste (sobretudo no Ceará), decorrente da forte seca que assolou a região. Os imigrantes nordestinos, a partir de um árduo trabalho nos seringais, favoreceram que a economia da borracha desenvolvesse de forma acelerada, e a grande presença dos brasileiros no Acre começou a inquietar a Bolívia que, por inúmeras vezes, tentou expulsá-los do território, sem sucesso. Embora o governo brasileiro reconhecesse a região acreana como parte do território boliviano, muitos brasileiros insistiam em permanecer lá. Pode-se dizer que,

particularmente para o povo acreano, seringueira, seringal, seringueiro e seringalista configuram elementos imprescindíveis no perfil sócio-histórico-cultural de seu lugar e de sua gente: traduzem o principal motivador (seringueira) da formação espacial (seringal) e dos elementos humanos (seringueiro e seringalista) que favoreceram o surgimento do Estado do Acre que conhecemos atualmente.

Socio-econômicas:

i) Porcentagem de população abaixo da linha da pobreza (USD 1 por dia) %:

Segundo dados do IBGE (2013) a incidência da pobreza no acre é de 9,33%. Mas se levarmos em consideração as famílias das crianças com deficiência de Cruzeiro do Sul, esta incidência é muito maior, pois a maioria das famílias são desempregadas e com muitos filhos. Mesmo com alguns incentivos do Governo Federal, através de programas assistenciais como Bolsa família, etc, a pobreza é relevante na região.

ii) Principais atividades produtivas/fontes de ingresso por setor econômico:

O extrativismo da borracha foi, até o início do século XX, a principal atividade econômica desenvolvida no município. Além da borracha, a economia da região gira muito em torno da exploração da madeira. E produção de farinha de mandioca. Os cultivos de mandioca, milho, arroz, feijão, frutas e cana-de-açúcar são a base da agricultura. A indústria, por sua vez, atua nos seguintes segmentos: alimentício, madeireiro, cerâmica, mobiliário e têxtil.

Outras características relevantes:

i) Prevalência de deficiências: Deficiência Física (membros inferiores)

Infelizmente não existem dados disponíveis nas cidades que atuamos. As estatísticas oficiais no estado do Acre é a seguinte: 165. 823, o que perfaz um percentual de 22,61% da população. As atividades da Fundação começaram em função de dados relevantes levantados em 2002 pela Pastoral da Criança, com crianças de 0 a 6 anos de idade. Os números, a época são os seguintes:

Deficiência física +/- 200

Deficiência auditiva +/- 110

Deficiência mental +/- 220

Deficiência visual +/- 150

C4 Quais são as principais leis, planos, políticas e estratégias governamentais (incluindo Estratégias de Redução de Pobreza e Programas de Perdão da dívida externa) relevantes para o projeto? Qual é seu impacto no projeto.

Este projeto tem sua base legal amparada por normativas internacionais e brasileiras, a saber:

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. O TRABALHO E EMPREGO

Pretende-se abordar nesse tópico os principais direitos fundamentais da pessoa com deficiência ao trabalho e emprego, seguindo a formulação da Convenção e, ao mesmo tempo, relacionando-a, quanto à eficácia, com os sistema e legislações em vigor no Brasil.

Os princípios que sustentam a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, notoriamente presentes nos vários eixos dos aspectos da vida (educação, saúde, trabalho, e outros), são não-discriminação e a igualdade de oportunidades, admitindo que medidas específicas possam ser adotadas para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência:

Artigo 5. Igualdade e não-discriminação

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.
2. Os Estados Partes deverão proibir qualquer discriminação por motivo de deficiência e garantir às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes deverão adotar todos os passos necessários para assegurar que a adaptação razoável seja provida.
4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não deverão ser consideradas discriminatórias.

A Convenção reforça no Artigo 27.1, letras *g* e *h*, a necessidade de o setor público empregar pessoas com deficiência e a de promover o emprego no setor privado, podendo para tanto incluir políticas e medidas próprias com destaque para a ação afirmativa, os incentivos e outras medidas:

Artigo 27

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. [...]
- g) Empregar pessoas com deficiência no setor público;
- h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;

Artigo 27 Trabalho e emprego

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua

livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência.

2. PROIBIR A DISCRIMINAÇÃO BASEADA NA DEFICIÊNCIA

A Convenção proíbe a discriminação baseada na deficiência no Artigo 27.1.a Artigo 27.1

a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;

2. PROTEGER E ASSEGURAR DIREITOS

Artigo 27 [...]

b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;

c) Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas; [...]

i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;

Comprometida com os princípios de trabalho digno, a Convenção faz referência expressa no item 2, do Artigo 27, quanto a obrigação dos Estados Partes de assegurarem medidas contra o trabalho forçado e situações degradantes de trabalho da pessoa com deficiência:

Artigo 27 [...]

2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório.

2. PROMOVER OPORTUNIDADES

Artigo 27. 1 [...]

d) Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego [...]

j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho.

Constituição Brasileira

DOS DIREITOS SOCIAIS

Artigo 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do **trabalhador portador de deficiência**;

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO II DA UNIÃO

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das **pessoas portadoras de deficiência**.

Artigo 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV – proteção e integração social das **pessoas portadoras de deficiência**.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII – A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as **pessoas portadoras de deficiência** e definirá os critérios de sua admissão;

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 4º – É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I – **portadores de deficiência**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

TÍTULO VIII Da Ordem Social DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar

de **segurados portadores de deficiência**, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Seção IV

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
IV – habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à **pessoa portadora de deficiência** e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

Seção I

DA EDUCAÇÃO

Artigo 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos **portadores de deficiência**, preferencialmente na rede regular de ensino;

CAPÍTULO VII

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os **portadores de deficiência física, sensorial ou mental**, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º – A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às **pessoas portadoras de deficiência**.

TÍTULO IX

Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às **pessoas portadoras de deficiência**, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

Senado aprova Estatuto da Pessoa com Deficiência

10/06/2015

Inclusão social

A proposta prevê uma série de garantias e direitos às pessoas deficientes. Pelo texto, fica classificada como "pessoa com deficiência" aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A tônica do projeto, com mais de 100 artigos, é a previsão do direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida social nas mais diversas esferas por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas por meio de políticas públicas ou de iniciativas a cargo das empresas.

Um dos pontos é o direito ao auxílio-inclusão para a pessoa com deficiência moderada ou grave. Terá direito ao auxílio quem já recebe o benefício de prestação continuada previsto no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que venha a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório da Previdência Social.

O FGTS também poderá ser utilizado na aquisição de órteses e próteses.

O texto aprovado proíbe expressamente instituições de ensino privadas de cobrarem mais de alunos deficientes, além de as obrigarem a reservar no mínimo 10% das vagas nos processos seletivos de ensino superior e de formação técnica.

Na área da saúde, proíbe os planos de praticarem qualquer tipo de discriminação à pessoa em razão de sua deficiência.

Os teatros, cinemas, auditórios e estádios passam a ser obrigados a reservar espaços e assentos adaptados. Na área do turismo, os hotéis também deverão oferecer uma cota de 10% de dormitórios acessíveis.

Garante-se, finalmente, o recebimento, mediante solicitação, de boletos, contas, extratos e cobranças em formato acessível.

Cotas

O texto aprovado estabelece que empresas com 50 a 99 empregados terão de reservar pelo menos uma vaga para pessoas deficientes ou reabilitadas. Atualmente, as cotas devem ser aplicadas pelas empresas com mais de 100 empregados. Os percentuais continuarão variando entre 2% e 5% do total das vagas. As empresas terão três anos para se adaptarem.

Para estimular a contratação de deficientes, a proposta muda a Lei de Licitações (8.666/1993) de maneira a permitir o uso de margens de preferência para as empresas que comprovem o cumprimento da reserva de vagas.

O projeto determina ainda que somente a contratação direta será levada em conta, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Lei da Aprendizagem.

Cadastro

O texto também cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência com a finalidade de coletar e processar informações destinadas à formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para as pessoas com deficiência e para a realização de estudos e pesquisas.

Prioridades

Várias prioridades passam a ser garantidas às pessoas com deficiência, como na tramitação processual, recebimento de precatórios, restituição do Imposto de Renda, além de serviços de proteção e socorro.

O texto estabelece as seguintes cotas mínimas para deficientes:

- 3% de unidades habitacionais em programas públicos ou subsidiados com recursos públicos;
- 2% das vagas em estacionamentos;
- 10% dos carros das frotas de táxi;
- 10% das outorgas de táxi;
- 5% dos carros de autoescolas e de locadoras de automóveis deverão estar adaptados para motoristas com deficiência;
- 10% dos computadores de lan houses deverão ter recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual.

SEÇÃO D: Análise de Problemas e Análise dos Envolvidos

Problemas e necessidades na área de cobertura (Árvore de Problemas)

D1 Descreva o problema principal que o projeto proposto pretende atender. Quais são as causas do problema? Quais são os efeitos?

Os principais problemas identificados é que as pessoas com deficiência são marginalizadas, tanto na família como na comunidade. Com isso não conseguem desenvolver suas habilidades, capacidades e interagir com outras pessoas e tomar suas próprias decisões.

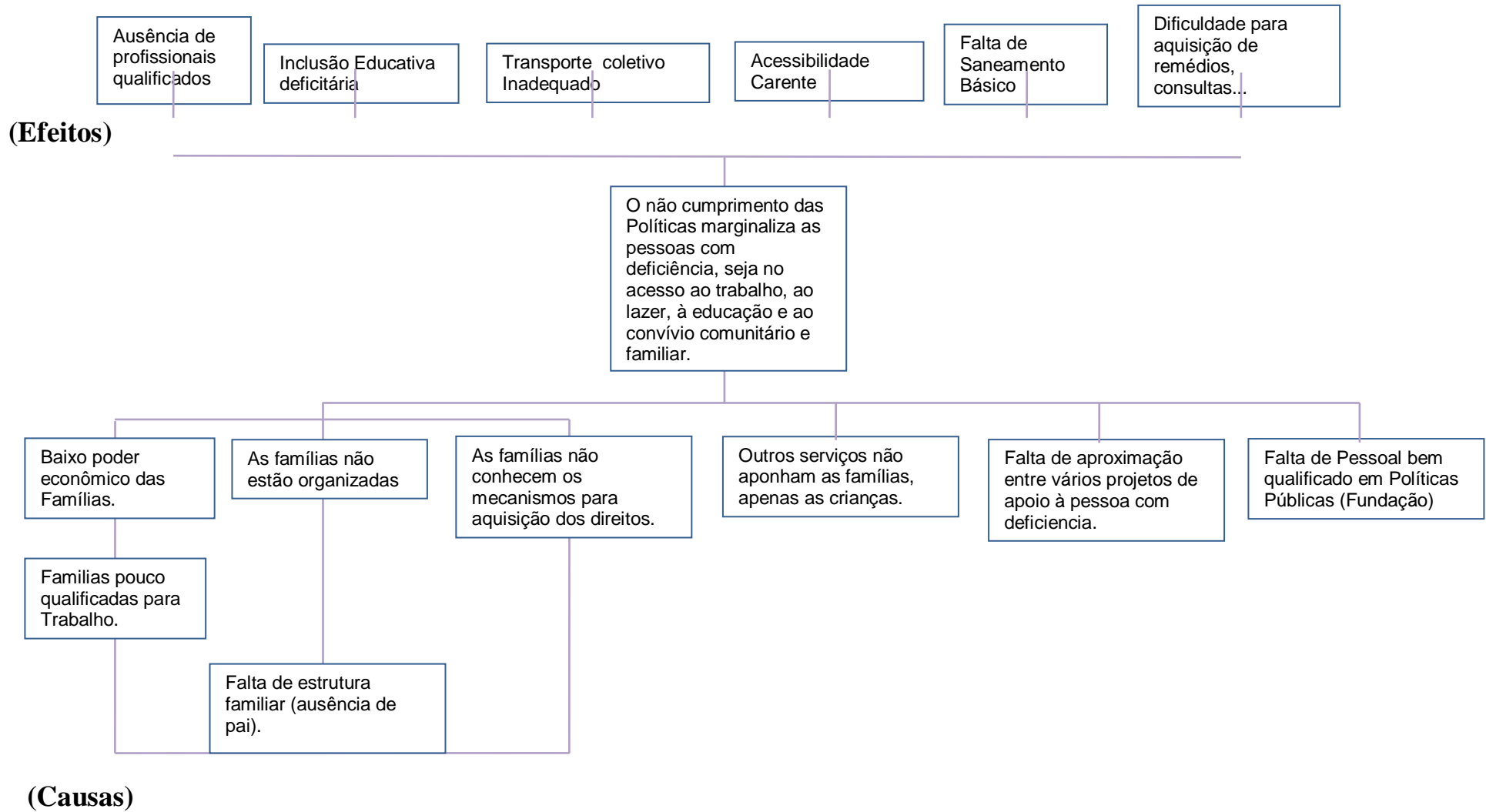
Fatores que agravem essa problemática é que nem sempre a pessoas com deficiência e seus familiares reconhecem seus direitos, habilidade e aptidões para desenvolver determinadas atividades, gerando com isso pouca participação no mercado de trabalho e conseqüentemente ingresso de financeiros adicionais na família.

É Fundamental que organismos públicos e privados constituam redes de apoiadores interinstitucional e reivindiquem a efetivação das leis, direitos e políticas públicas, fazendo com que sejam cumpram o que está escrito no papel, assegurando os percentuais de ingresso através de concurso, acesso ao transporte público gratuitamente, construção de espaços públicos recreativos, construção de acessos nas edificações publicas e privadas. Para o cumprimento.

Percebe-se que a exclusão da pessoa com deficiência tem gerado segregação, depressão, baixa auto estima. Estatísticas comprovam que o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho é muito baixo, se constituindo o mesmo um fardo pesado para a família.

É fundamental que a pessoa com deficiência seja reconhecida como cidadão e com isso possam desenvolver suas capacidades, participando e contribuindo com seu sustento e de sua família, sentindo-se útil na sociedade.

Árvore dos Problemas



Análise dos Envolvidos

INSTITUIÇÃO	INTERESSE (+)(-)(+OU-)	IMPORTÂNCIA PARA O PROJETO (1-5)	Como envolvê-los
1. Pessoas com deficiência	+	5	Proporcionando atividades que levem-os a ter maior participação na sociedade.
2. Famílias	+	5	Intensifica as ações familiares e grupos de autoajuda.
3. Pastoral da Criança	+	3	Ampliar a participação nas atividades junto às famílias e nos cursos.
4. SENAC	+	3	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
5. Ministério Público	+	1	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
6. NAPI	+	3	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
7. IFAC	+/-	2	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
8. CEFLORA	+/-	1	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de

			sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
9. UFAC	+/-	1	Sensibilizá-lo sobre a realidade da Pessoa com deficiência e de sua comunidade e a importância de sua contribuição para transformá-la.
10. DIOCESE	+	3	Conscientizando-a sobre o ótimo serviço às pessoas com deficiência e familiares, apontando a necessidade de continuar.
11. INSS	+/-	1	Sensibilizá-lo a fazer valer os direitos das pessoas com deficiência.
12. Justiça do Trabalho	+/-	1	Sensibilizá-lo a fazer valer os direitos das pessoas com deficiência.
13. Assessoria Jurídica	+	2	Esclarecer da importância da continuidade da luta pela conscientização dos direitos do cidadão.
14. Escolas	+	4	Sensibilizá-las para que se faça valer o direito à inclusão
15. Governo Estadual	+	3	Sensibilizá-lo sobre a necessidade de se ampliar as parcerias.
16. Prefeitura de Cruzeiro do Sul	+/-	3	Sensibilizá-lo sobre a necessidade de se ampliar as parcerias.
17. Prefeitura de Guajará	-	3	Conscientizar da necessidade de formar parcerias.
18. Prefeitura de Mâncio Lima	1	3	Conscientizar da necessidade de formar parcerias.

19. APAE	+	2	Sensibilizar da importância da luta conjunta em defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
----------	---	---	--

Envolvidos diretos (População objetivo(alvo))

Baseado no quadro dos envolvidos)

D2 Descreva os grupos específicos que se beneficiarão direta e indiretamente pelo projeto. *Favor especifique suas características sócio-demográficas e econômicas, assim como seu endereço (referência E.8 para informação quantitativa detalhada).*

Favor especifique se o projeto proposto está dirigido à crianças e mulheres e explique porquê.

Participarão no desenvolvimento do projeto, nos três anos de sua execução, 420 pessoas com deficiência além das cerca de 400 famílias, perfazendo um total de 1.600 pessoas diretamente envolvidas, se considerarmos a média de 4 membros por famílias, como estipula o IBGE. Além das pessoas com deficiência e seus familiares participarão do projeto através de cursos, oficinas e palestras de 300 pessoas das comunidades atendidas, .o que soma um total aproximado de cerca de 1.900 envolvidas no projeto.

As principais características das 360 pessoas com deficiência que serão apoiadas pelo projeto:

- Pobreza – pessoas que dependem dos programas assistenciais do governo federal.
- Qualquer tipo de deficiência e idade.
- Disponibilidade para participar em grupos de autoajuda.
- Calcula-se que participarão 100 pessoas com deficiência abaixo 18 anos a cada ano.
- Calcula-se que 40 pessoas adultas com deficiência , em diferentes idades participarão do projeto.

Por esses dados percebe-se quem é nosso público-alvo, - pessoas que estão à margem dos benefícios e das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

- Crianças com deficiências físicas, visuais, auditiva, mentais e suas respectivas famílias, além de pessoas adultas que foram acometidos de algum tipo de doença que os deixou incapacitados.

D3 A população objetivo foi envolvida na identificação e planejamento do projeto? Contribuirá em sua implementação? Em caso que sim, de que maneira?

A população objeto foi envolvida diretamente em todas as etapas da elaboração e planejamento do projeto. Acredita-se que é impossível fazer um diagnóstico adequado da realidade das famílias afetadas com o plano de ação e projeto sem levar em consideração o ato de ouvir, questionar e se deixar questionar pelas pessoas com deficiência e suas famílias.

Num primeiro momento fez-se (coordenadores, orientadoras e fisioterapeuta), visitas domiciliares a cada uma das famílias que deverão ser contempladas com as ações da Fundação, especificamente nesse projeto. Perguntamos quais as ações que a Fundação Menino Jesus poderia desenvolver e que melhor contemplariam a realidade de suas famílias. A grande maioria acredita que o trabalho de RBC, com visitas domiciliares e a preocupação em olhar a família da pessoa com deficiência em sua totalidade, com ações que vise superar a desigualdade social e efetivamente inclua essas famílias em ações de governo; que nesse projeto seja incentivado as práticas de economia solidária. Um outro destaque salientado pelas famílias é que nesse projeto sejam implementadas ações de empoderamento, como oficinas sobre geração de renda, direitos da pessoa com deficiência, etc.

As famílias poderão contribuir diretamente com o Projeto participando de todas as ações propostas pela Fundação, como oficinas, organização de grupo de apoio para famílias e pessoas com deficiência, além de poderem contribuir de forma voluntária e segundo a sua capacidade com palestras as comunidades afetadas, através de oficinas de doces e salgados, manicure e pedicure, saúde bucal, curso sobre alimentação alternativa, saúde da família, etc.

Envolvidos Indiretos (Outros envolvidos)

D4 Que habilidades, recursos e capacidades trará à comunidade local este projeto?

Como a comunidade local se envolverá no planejamento e na implementação do projeto?

(Todos os demais)

Como trabalha-se com RBC, o grande foco é a pessoa com deficiência em sua família e comunidade, de forma que a superação das diversas barreiras sociais, culturais, econômicas e geográficas passa a ser o grande foco de atuação.

Pretende-se que a comunidade, depois de desenvolvida as ações pertinentes ao projeto tenha a capacidade de melhor intervir no sentido de melhorar sua qualidade de vida. Com a realização das ações planejadas para esse projeto espera-se que todas as mães/famílias/comunidades contempladas adquiriram a capacidade, consciência e aptidões para defender e apoiar:

- A formação e o fortalecimento, em redes, das instituições de pessoas com deficiências e de suas famílias
- Inclusão das famílias e das pessoas com deficiências na sociedade e consequentemente no mercado de trabalho;
- Incluir as pessoas com deficiências no ensino regular, como rege a LDB/1996, adquirindo a sensibilidade em olhar para a realidade de discriminação da pessoa com deficiência como um desafio a ser superado por toda a comunidade;
- Através de oficinas, cursos e palestras assegurar a profissionalização de pessoas com deficiência e membros de suas famílias.
- Melhor a qualidade de vida das famílias e das pessoas com deficiência;
- Que a comunidade seja habilitada e despertada para intervir positivamente na transformação de sua realidade, lutando por melhores condições de moradia, saneamento básico, inclusão em programas de renda mínima oferecidos pelo governo federal;
- Percebam que as famílias e as pessoas com deficiências têm direitos como qualquer cidadão e que esses direitos também devem ser assegurados aos mesmos;
- Sensibilização dos governos locais sobre a efetivação dos direitos à acessibilidade, ao trabalho, à diversão etc;
- A comunidade deve ser a primeira a ser sensibilizada, conscientizada da relevância do projeto para a melhoria de vida de sua população através de reportagens nos meios de comunicação social, panfletos periódicos

distribuídos sobre o tema em questão, mostrando os alcances e benefícios a serem realizados pela Fundação Menino Jesus;

- Nas oficinas ministradas pela Fundação e instituições parceiras a comunidade contribuirá com o fornecimento de espaços adequados, divulgação dos eventos e fornecimento de pessoas voluntárias (quando for possível);
- A comunidade será responsável em fazer sondagem, levantando nomes de pessoas com deficiência que possam ser acompanhadas pela Fundação;
- A comunidade será responsável em indicar, juntamente com coordenadores, orientadoras comunitárias e famílias de pessoas com deficiência quais os melhores momentos/tempo/hora mais adequados para a realização das atividades;
- Toda a ação desenvolvida sobre empoderamento, acessibilidade, saúde, educação, geração de emprego e renda, que exigirem ação pública, através de mídia ou judicial serão desenvolvidas em parceria com a comunidade;
- A comunidade será a força motriz das ações na luta por direitos e na conquista de espaços sociais.

D5 Quem são os envolvidos chaves para o projeto? *(Parceiros nacionais e internacionais, autoridades locais, organizações de pessoas com deficiência, outras ONGs internacionais ou especializadas e outros serviços de provedores ativos em áreas relacionadas).*

O projeto, por ser de grande magnitude e impacto socioeconômico para as comunidades, famílias e pessoas com deficiência, acredita-se que o leque de parceria deve abarcar amplos setores e instituições da sociedade cruzeirense.

É importante salientar, no entanto, que todos esses parceiros a seguir destacados não contribuem financeiramente com o Projeto, as ações-parceiras acontecem através de oficinas e cursos oferecidos pelas mesmas e que nós, a convite participamos ou as convidamos quando os oferecemos.

Nossos parceiros principais serão os seguintes:

- . SES (Secretaria Estadual de Saúde)
- . SEE (Secretaria de Estado de Educação – Acre)

- . CBM
- . Diocese de CZS
- . Pastoral da Criança – sob coordenação de Irmã Inês
- . Missão Werk
- . Ministério público de Cruzeiro do Sul
- . Acessória Jurídica da Diocese de CZS
- . Dr. Lothar e sua equipe
- . Paróquia Nossa Senhora da Glória – Cruzeiro do Sul – AC
- . Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Cruzeiro do Sul – AC
- . Paróquia Nossa senhora Aparecida – Cruzeiro do Sul – AC
- . Paróquia São Francisco de Assis – Mâncio Lima – AC.
- . Paróquia São Francisco de Assis – Guajará –AM
- . Paróquia São José – Rodrigues Alves – AC
- . Laboratório Pe. Reuss
- . Dr. Luiz Fernando – Ortopedista
- Dr. Victor Manuel – Neurologista
- Dr. José alberto - Pediatra
- . Dr. Jairo Landazure – Oftalmologista
- . Dr. Helen Gleice – Fisioterapeuta
- Dr. Luiz Mário Padilha – Advogado.

SEÇÃO E: Plano do projeto proposto

Atividades atuais relacionadas com o projeto proposto

E1 Mencione as atividades que a organização legalmente responsável⁴ pelo projeto proposto se encontra realizando para atender as necessidades, anexe informação quantitativa e qualitativa. Favor agregue estatísticas, relatórios anuais, relatórios financeiros, etc. Anexo 2.

Tendo uma preocupação principal com o processo de inclusão das famílias nas comunidades torna-se fundamental que as atividades necessárias para chegar a cada um dos objetivos acima propostos sejam as seguintes:

⁴ Por exemplo, serviços em quantidade e qualidade, iniciativas contínuas de desenvolvimento/reabilitação na comunidade, programas preventivos, advocacia.

- Formação continuada as orientadoras ministradas anualmente nas áreas de Reabilitação física, mental, visual e auditiva, para acompanhamento das crianças com deficiência e suas respectivas famílias. Essas mesmas orientadoras atendem diariamente cerca de 140 pessoas com deficiência nas famílias;
- Atende-se regularmente e durante o ano todo cerca de 160 mães e pais, com palestras, formação, oficinas, etc. Além das famílias diretamente inseridas no projeto, procura-se também beneficiar as famílias com formação, palestras e oficinas, como também outras pessoas presentes na área comunitária do projeto;
- Existe uma boa parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Acre,
- Constantemente são ministrados cursos em diversas áreas como: corte e costura, bordado e crochê, alimentação alternativa, saúde e lazer, pintura em tecido, saúde bucal, comidas típicas, direitos da pessoa com deficiência, auto-estima da família de pessoa com deficiência, prevenção e procedimentos durante a gestação, etc. Como é possível perceber trata-se, na formação, de temas variados, que atingem desde a família a realidade social, econômica e cultural da pessoa com deficiência;
- Usa-se de forma freqüente os meios de comunicação social para conscientizar as comunidades e as instituições sobre as problemáticas e as ações que cercam a pessoa com deficiência, sua família e comunidade;
- São realizadas reuniões com as orientadoras a cada mês para avaliar o trabalho de acompanhamento nas famílias; as orientadoras acompanham umas as outras uma vez ao mês em seus trabalhos, isto no sentido de que uma seja solidária com a outra e cada uma sintam-se apoiadas mutuamente;
- Há acompanhamento regular pelos coordenadores às orientadoras e às famílias onde são realizadas as atividades, além de um constante diálogo com as instituições parceiras e os meios de comunicação social;
- As pessoas com deficiência são avaliadas regularmente e segundo a disponibilidade de profissionais na região. Na área de fisioterapeuta todas as novas crianças passam por uma triagem e as crianças já ingressas na fundação, além do trabalho cotidiano desenvolvido pelas orientadoras nas famílias são trimestralmente reavaliadas pela fisioterapeuta;

- Tem-se consultas constantes com médicos nas áreas de ortopedia, “neurologia”, fonoaudiologia, otorrinolaringologia e pediatria;
- Anualmente a equipe do Dr. Lothar, médico alemão, faz triagem, consulta, avalia e reavalia a maioria das pessoas com deficiência;
- Realizam-se nos Dias da Criança, Páscoa e Natal festa e atividades lúcidas para as crianças com deficiência e suas famílias, - tem sido um dia de muita alegria, encontros e festejos, além da partilha de comidas, guloseimas, etc.

E2 Que aprendizagens puderam obter das atividades em experiências passadas? Como se pode incorporar estas lições aprendidas no planejamento do projeto proposto? Favor agregar relatórios relevantes externos e internos, caso encontrem-se disponíveis, Anexo 7.

As principais aprendizagens aprendidas das atividades em experiências passadas foram as seguintes:

- Não podemos desenvolver nenhum tipo de ação sem levarmos em consideração a realidade sócio-cultural e econômica da área de cobertura;
- Que a pessoa com deficiência e sua família são os nossos principais focos de atuação;
- Devemos olhar a pessoa com deficiência em sua totalidade, como ser que sente emoções, desejos e sonhos a quem, portanto, devem ser assegurados os mesmos direitos e as mesmas oportunidades das outras pessoas;
- Que os parceiros são imprescindíveis no planejamento, monitoramento, realização e avaliação das atividades a serem desenvolvidas pela fundação;

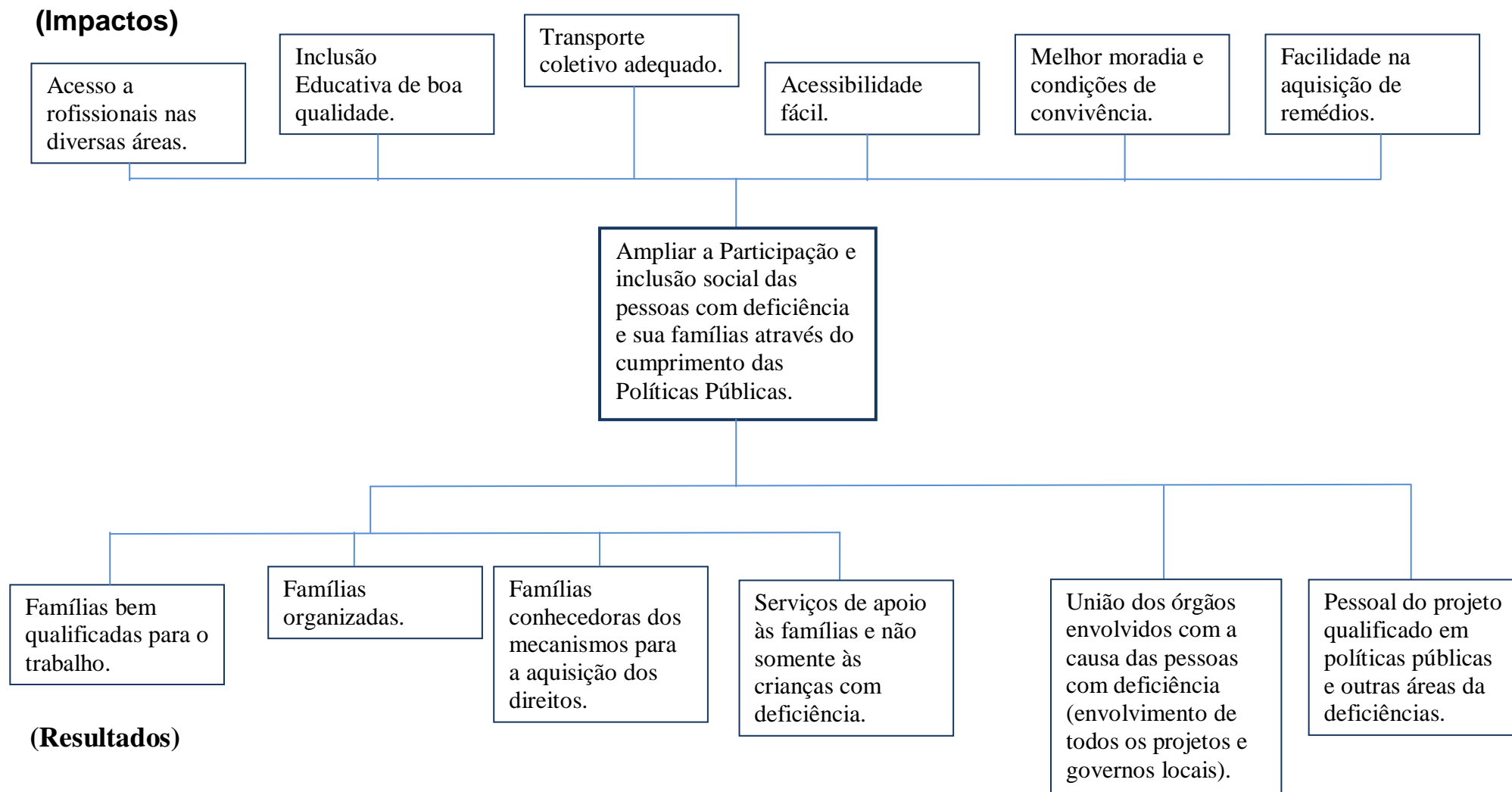
A forma de incorporar estas lições no planejamento do projeto proposto é incluí-las desde o primeiro momento com a sondagem, todos esses atores, a saber: a pessoa com deficiência, sua família, pessoas e lideranças comunitárias, além das instituições apoiadoras do projeto.

Plano para o Projeto Proposto

Esta seção é o resumo narrativo do plano do projeto. O marco lógico (Apêndice 3) resume este plano e deve ser enviado junto com a narração da proposta do projeto.

Nota: No planejamento, favor levar em conta impactos a longo prazo que o projeto gerará, temas transversais (E.18 – E. 24) e temas financeiros e de sustentabilidade organizacional (E.25- E. 26).

Árvore dos Objetivos



Objetivo Geral

E3 Qual é o objetivo geral que o projeto proposto contribui⁵?

- Contribuir para a efetivação e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e seus familiares, fazendo com que as políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência sejam cumpridas, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Guajara.

E4 Quais são os indicadores quantitativos e/ou qualitativos (de qualidade) que medem a contribuição exitosa do projeto para alcançar o objetivo geral? Favor considerar que os indicadores devem ser MARTE.

- Que ao final da implementação do projeto, as 420 pessoas com deficiência atendidas pelo projeto no decorrer dos três anos de execução (2016, 2017 e 2018), estejam participando mais do mercado de trabalho, das atividades lúcidas comunitárias e tendo seus direitos assegurado conforme preveem as leis brasileiras.

Objetivo Específico

E5 Descreva o objetivo específico que querem atender neste projeto e os benefícios tangíveis que podem esperar com a implementação do mesmo. (Troque para positivo o problema principal mencionado em D1).

- Ampliar a participação e inclusão social das pessoas com deficiência e suas famílias através do cumprimento das Políticas Públicas, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Guajará.

E6 Quais são os indicadores quantitativos e/ou qualitativos que medem o êxito do objetivo específico do projeto? Favor considerar que os indicadores devem ser MARTE

- Que até o final do ano de 2018, das 420 pessoas com deficiência, 80% estejam incluídas na escola regular;
 - Até o final do ano de 2018, todas as 420 pessoas com deficiência tenham acesso gratuito e de qualidade ao transporte coletivo nos municípios atendidos pela fundação;
-

- Que até o final de 2018, estejam 50% dos prédios públicos e privados, além das calçadas públicas com acesso à pessoa com deficiência assegurados.

Resultados do projeto

E7 Descreva os resultados necessários para alcançar o objetivo específico do projeto.

1. Famílias organizadas e defensoras dos direitos das pessoas com deficiência.
2. União dos órgãos envolvidos com a causa das pessoas com deficiência (envolvimento de todos os projetos e o Governo local).
3. Pessoal do projeto qualificado em políticas públicas e outras áreas da deficiência.

E8 Quais são os indicadores para medir se foi alcançado os resultados a qual o projeto se propôs?

Resultado 1:

- Constituir associação comunitária para lutar pela efetivação dos direitos.
- Construir grupos de autoajuda com pessoas deficientes e familiares.
- Palestras com o Ministério Público, INSS, Justiça do trabalho sobre direitos do cidadão.
- Visita das Orientadoras de um a dois dias por semana com: Orientação familiar, terapia ocupacional, fisioterapia, psicopedagogia.
- Acompanhamento uma vez por mês pelos coordenadores à fisioterapeuta e Assistente Social.
- Reunião mensal dos coordenadores com as orientadoras para avaliação e debate de novas ideias sobre as atividades desenvolvidas e atividades futuras.
- Desenvolvimento de cursos e oficinas para pessoas com deficiência, familiares e comunitários.
- Palestras e Oficinas – Culinária, artesanato e orientação profissional: como manter um pequeno negócio, intermediar acesso ao crédito.

Resultado 2:

- Procurar Aproximação e dialogo com os órgãos públicos locais.

- Divulgação pela mídia.
- Reunião com os coordenadores dos órgãos.
- Elaborar um Plano de Ação em conjunto.

Resultado 3:

- Buscar instituições e parcerias que possam oferecer os cursos (IFAC, SENAC, CEFLOA, NAPI);
- Reunião e debate para escolha dos melhores cursos;
- Conscientização sobre a importância da qualificação profissional;
- Palestra com representantes de instituições de ensino (UFAC, IFAC, SENAC, CEFLOA, entre outros).

E 9 Quantas pessoas do grupo objetivo se beneficiarão diretamente do projeto proposto?

O número a que o projeto se propoe poiar é de:

- Participarão no desenvolvimento do projeto, nos três anos de sua execução, 420 pessoas com deficiência.
- Gênero: a média aproximada é que 50% sejam do sexo masculino e 50% do sexo feminino.
- 70% das pessoas atendidas terão de 0 a 18 anos e os outros 30 serão compostos de pessoas adultas e idosos acima de 65 anos de idade.

Atividades do projeto

E11 Descreva brevemente as atividades principais do projeto relacionadas a cada resultado mencionados em E7. Agregue um cronograma de atividades incluindo tempo do projeto proposto, Apêndice 6. Favor levar em conta os temas transversais (E18-E24)

Principais atividades do Projeto:

Resultado 1:

- Constituição 1 (uma) Associação Comunitária legalmente registrada ate o final de 2016.
- Formação de 10 grupos de autoajuda constituídos ate o final de 2018:
 - 2016: 4 grupos;

- 2017: 3 grupos.
- 2018: 3 grupos.

- 8 orientadoras visitam 140 Crianças/pessoas com deficiência numa média de duas vezes por semana, nos três anos do projeto.
- 25% de pais e mães de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho, através do incentivo à formação profissional e acesso ao crédito.
- 5% em 2016.
- 10% em 2017.
- 10% em 2018.

Resultado 2:

- 1 Plano de Ação elaborado pelas organizações envolvidas com a causa das pessoas com deficiência, até o final de 2016 para 2017 e 2018.
- 2 Eventos Comunitários a cada ano (2017 e 2018).

Resultado 3:

- 8 pessoas da equipe do projeto tecnicamente formadas em Política Pública e em novas áreas da deficiência no decorrer dos 3 anos do projeto.

E12 Existe a necessidade de realizar estudos, investigações, documentos legais ou técnicos antes da implementação ou início do programa?⁶ Em caso afirmativo, haverá custos associados a isto? Favor incluir no plano de custos.

Não haverá necessidade de realizar estudos ou investigações técnicas previamente a implementação do projeto.

Riscos potenciais

E13 Quais são os riscos potenciais que podem afetar o êxito do projeto proposto e como serão combatidos? Favor detalhar as estratégias para minimizar os riscos que foram catalogados como “Altos”.

O projeto dentro de sua conjuntura tem uma abrangência muito grande, perpassando por diversos setores da sociedade, por isso, não estamos ilesos de alguns riscos potenciais que podem influenciar no desenvolvimento das metas e dos objetivos. Nesse sentido podemos destacar alguns riscos que podem influenciar no desenvolvimento das atividades da Fundação.

⁶ Estes poderiam ser acordos de serviço, liberação para construção, etc.

- Falta de compromisso das comunidades e autoridades públicas e privadas para apoiar o trabalho com as pessoas com deficiência.
- Falta de compromisso das pessoas com deficiência e suas famílias no processo de reabilitação.
- Falta de compromisso dos órgãos públicos para incluir as pessoas com deficiência em programas de renda mínima do Governo Federal, Estadual e Municipal.
- Sistema de saúde e educação *excludente* que não leva em consideração o apoio a pessoa com deficiência como prever as leis de inclusão.
- Falta de sensibilidade dos meios de comunicação de massa com a problemática da pessoa com deficiência.
- Falta de profissionais e centro de acolhimento para atender as pessoas com deficiência em situação de extrema vulnerabilidade.

Meios para superar estes riscos

- Acompanhamento personalizado às pessoas com deficiência nas famílias e na comunidade feito por profissionais como pediatra, fisioterapeuta, fonoaudióloga, otorrino, oftalmologista, psicólogo e por agentes comunitário de saúde;
- Buscar parcerias com órgãos públicos e privados no apoio a pessoa com deficiência;
- Apoio à formação e ao fortalecimento das instituições de pessoas com deficiência e suas famílias;
- Divulgação, conscientização e sensibilização da população através de reportagens nos meios de comunicação social, mostrando os alcances e benefícios realizados pela Fundação Menino Jesus;
- Sensibilização, divulgação e capacitação em níveis institucionais na área pública e privada, de programas e projetos relacionados com a Fundação Menino Jesus de Nazaré;
- Parcerias com médicos e laboratórios clínicos.

Impacto do Projeto

E14 Quais são os impactos econômicos e sociais, positivos e negativos que poderiam ter a população objetivo (alvo) ou a sua organização com a implementação do projeto

- Inclusão familiar, educacional e comunitária.
- Melhor autoestima da pessoa com deficiência e familiares.
- Maiores oportunidades de trabalho e efetivo ingresso
- Formação educativa no ensino básico e superior.
- Direitos reconhecidos e assegurados, de forma a que a pessoa com deficiência tenha livre decisão sobre sua vida e projetos.

O trabalho que será desenvolvido pela Fundação junto às pessoas com deficiência terá impacto social significativo na comunidade. O impacto social é positivo na medida em que procura estabelecer uma melhor qualidade de vida e a inclusão social dessas pessoas com deficiência. Sua viabilidade assegura que as pessoas com deficiência possam desenvolver ao máximo suas capacidades físicas e mentais, ter acesso aos serviços e às oportunidades cotidianas e ser colaboradores ativos dentro da comunidade e da sociedade em geral, quando poderão livremente tomar suas decisões. Procura-se também estimular as comunidades e as instituições organizadas a promoverem o protagonismo da pessoa com deficiência, mediante modificações na comunidade, como por exemplo, a eliminação de barreiras arquitetônicas, erradicação de preconceitos e garantia de seus direitos

E15 Quais aspectos/atividades da iniciativa durarão além do final do período de financiamento do projeto? Descreva quem se encarregará das atividades depois da fase final do projeto. Quais capacidades e processos organizacionais (recursos humanos, procesos de trabalho, procuração, etc.) estão desenvolvendo isto?

A Fundação Menino Jesus de Nazaré, em seu estatuto social procura sublinhar a proposta de melhorar a qualidade de vida das famílias e das pessoas com deficiência, de forma que ao no final do projeto, as pessoas tenham autonomia de seguir sua vida em melhores condições economicas e sociais. Nesse sentido é que ao longo dos anos os laços de parcerias e

desenvolvimento de atividades comuns têm se estreitado. Existe uma boa parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Acre, Secretaria de Educação do Acre, Ministério Público do Acre, PAE, Diocese de Cruzeiro do Sul, Pastoral da Criança, Assessoria jurídica da diocese e SENAC. Nos últimos anos a Secretaria de Saúde do Estado do Acre tem assumido consideravelmente as demandas de remédios, exames e consultas encaminhados pela Fundação e as demandas de educação voltadas para a inclusão são todas atendidas. É necessário fazer trabalho sistemático junto às instituições jurídicas sobre direitos para que ao término do projeto continuem a assumir a efetivação dos direitos.

Consideração de temas transversais

Onde considere necessário, descreva como o projeto está tratando os seguintes temas:

E16 Enfoque integral frente a deficiência: quais medidas a sua organização usa para assegurar um enfoque integral (melhorar a qualidade de vida) de atenção à deficiência?⁷

A fundação Menino Jesus como instituição que trabalha com pessoas com deficiência procura sistematicamente nas suas atividades focar sempre a temática da deficiência. Através de trabalho em conjunto com médicos, escolas e famílias trabalha-se o enfoque da deficiência colocando sempre a pessoa com deficiência como o principal protagonista das ações, despertando o espírito crítico no mesmo, ao mesmo tempo procura-se despertar/sensibilizar a sociedade a perceber e debater as questões pertinentes a essa mesma pessoa, considerando a realidade de *violência* e luta pela constituição da *cidadania*. Busca-se também focalizar a temática da deficiência na comunidade através de palestras, oficinas, debates, geração de emprego e renda e a prática de economia solidária.

⁷ Do enfoque integral até a previsão dos serviços se terá como meta o estabelecimento ativo de redes de serviço para assegurar que todos os elementos necessários de cuidado e reabilitação serão providenciados, de acordo com as múltiplas necessidades identificadas para cada indivíduo.

E17 Acessibilidade de serviços: quais medidas tomará a sua organização para que os serviços sejam acessíveis para as pessoas pobres?

O projeto tem como um de seus objetivos fortalecer os laços entre as várias instituições, agindo em redes, no sentido de assegurar a efetivação dos direitos, com a devida adequação de acesso aos prédios e logradouros à pessoa com deficiência.

E18 Advocacia para a inclusão/direitos para as pessoas com deficiência: como fará a sua organização para advogar e conscientizar a comunidade, etc. sobre os direitos das pessoas com deficiência? Se tomará medidas específicas para promover a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade?

A fundação para advogar pelos direitos das pessoas com deficiência contará com a participação do Advogado da Diocese de Cruzeiro do Sul Dr. Mario Padilha e com a parceria do Ministério Público de Cruzeiro do Sul. Todos os anos teremos palestras sobre os direitos das pessoas com deficiência e temas semelhantes ministrados pelo Advogado e pelo promotor de Justiça de Cruzeiro do Sul. Na verdade essa é uma ação que vemos desenvolvendo há algum tempo em parceria com a Diocese e sua assessoria jurídica. A ideia é que essa ação seja fortalecida através das ações deste projeto. Além disso todas essas atividades são amparadas pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, pela Constituição brasileira e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (aprovado em 10/06/2015), dentre outras determinações jurídicas acolhidas pelo Brasil.

E19 Gênero: como o projeto criará novas oportunidades para mulheres e crianças para ampliar sua participação na vida social e econômica local? Como o projeto habilitará o papel das mulheres na comunidade?

A Fundação Menino Jesus sempre acreditou no trabalho dirigido pelas mulheres nas comunidades como um fator social determinante para melhorar a qualidade de vida das famílias, sendo elas, no caso de nosso projeto, as principais provedoras do sustento do familiar; ao mesmo tempo são as mulheres e meninas as pessoas mais vulneráveis, sofrendo com a maior incidência de violência física e sexual.

Uma das formas implementadas pelo projeto para melhorar as condições sociais e de empoderamento da mulher é investindo em oficinas e oficinas (cursos de pintura em tecido, bordado e crochê, alimentação alternativa, doces e salgados, corte e costura, artesanato, corte de cabelo, palestra sobre direitos etc). que as habilite profissionalmente, possibilitando o ingresso no mercado de trabalho e gerando renda à família. Já é fato que nas atividades ofertadas pela Fundação são as mais as que mais participam.

E20 Proteção infantil: como o projeto fará o manejo do tema da vulnerabilidade de crianças dentro da comunidade e na sua organização? Como serão protegidas as crianças de abuso, exploração e rejeição?

Através os parceiros, Assessoria Jurídica e Ministério Público de Cruzeiro do Sul buscará defender e proteger as crianças com deficiência da exploração infantil, resguardando-as segundo os direitos insituídos pelo ECA (Estatuto da Criança e o Adolescente). Para isso, terá como estratégia de ação palestras nas escolas, em centros comunitários e nas comunidades temáticas, direcionadas a proteção e valorização da criança contra a exploração sexual, do trabalho infantil e da exclusão social.

E21 Tecnologia apropriada: como é feita a manutenção da tecnologia usada no projeto dentro do contexto local? Quais são as estratégias da organização para assegurar a existência de recursos financeiros, técnicos (insumos, materiais de consumo, etc.) e humanos para a manutenção da tecnologia a longo prazo?

As tecnologias utilizadas serão aquelas as quais as famílias têm acesso. Além do mais a Fundação procurará estabelecer parcerias com médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, promotores, professores e com diversas secretarias e prefeituras em buscas de equipamentos e de recursos que melhorem a qualidade de vida das pessoas com deficiência, de forma que sua construção e acesso sejam destinados conforme a diversidade de deficiência e as especificidades de cada pessoa.

E22 Sustentabilidade ambiental: que impacto ambiental tem o projeto a nível local? Onde aplica: quais são os passos que farão para assegurar a sustentabilidade ambiental na região do projeto?

Não se aplica.

Sustentabilidade financeira e organizacional

E23 Quais são as estratégias para fortalecer a capacidade organizacional e local durante o processo de implementação do projeto para assegurar uma implementação de atividades a longo prazo? *Por exemplo: capacitação, permanência de pessoal qualificado, etc.*

A atuação efetiva das pessoas com deficiência no decorrer do projeto assegurará a continuidade do mesmo;

A estreita relação com parceiros locais e envolvimento dos mesmos nas atividades regulares do projeto fará com que ao término do projeto governos locais agregem às suas demandas de saúde, educação, geração de emprego e renda e o assumam financeiramente, como prever as leis da pessoa com deficiência;

Outro caminho é que a qualificação oferecida às pessoas com deficiência, seus familiares e comunitários os capacitará para melhor lutar por direitos e inclusão econômica e social.

E24 Qual é a estratégia de recuperação de custos da organização relacionada a este projeto? Tem a organização planos de continuar com o financiamento do projeto depois do período de apoio?

A fundação tem o objetivo de continuar com as ações desenvolvidas pelo projeto. A estratégia é ampliar as parcerias com governos locais e instituições não governamentais para que apoiem financeiramente as atividades. Além disso, pretendemos expandir a rede de benfeitores constituída pelo Pe. Herbert, com apoio do médico alemão Dr. Lothar.

Plano de custos e recursos

E25 Favor elaborar um plano de custos e de recursos, especificando os custos estimados em moeda local e em Euros para o período do projeto⁸, Apêndice ... Ver anexo

SEÇÃO F: Gerência do projeto

Monitoramento e relatórios

⁸ O plano financeiro menciona entrada de todos contribuintes (Governo, ONGs, etc.) e também as contribuições de sua organização, seja em dinheiro ou em espécie, incluindo a contribuição comunitária (em espécie ou em tempo).

F1 Indique em que intervalos de tempo as ações realizadas pelo projeto serão monitoradas e avaliadas , tanto na parte técnica como financeira e quantas vezes se enviará um relatório financeiro e narrativo à CBM.

As atividades do projeto serão monitoradas pelos membro da fundação através de seus devidos conselhos, com: Conselho Administrativo, Deliberativo e Fiscal que regularmente monitoram as atividades da Instituição.

O monitoramento de ações na área técnica acontecerá mensalmente e os avanços se medirá semestralmente.

Na área financeira haverá monitoramento mensal.

Serão enviados informes narrativos a CBM semestralmente, além do informe financeiro ao final do ano.

Avaliação

F2 Quando planeja fazer uma avaliação do projeto? Que tipo de avaliação realizará? (Interna, externa, mista).

Como já foi abordado no ponto F1 as avaliações das atividades com pessoal, administrativas e financeiras serão realizadas mensalmente pela equipe de coordenadores e orientadoras comunitárias. Porém de três em três meses haverá uma avaliação interna juntos com os conselheiros.

Haverá uma avaliação externa depois de decorridos os dois primeiros anos (2016 e 2017).

Apêndice

MATRIZ DO MARCO LÓGICO

Descrição narrativa	Indicadores	Medidas de Verificação	Suposições
Objetivo general:			
Contribuir para a efetivação e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e seus familiares, fazendo com que as políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência sejam cumpridas, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Guajara.	Ao final da implantação do projeto (2018) 420 pessoas com deficiência tenham sido atendidas diretamente pelo projeto.	Fotos Reportagens Testemunhos	Os governos locais, instituições que trabalham com pessoas com deficiência e famílias continuem com seu apoio à inclusão de pessoas com de deficiência.
Objetivo específico:			
Ampliar as participação e inclusão social das pessoas com deficiência e suas famílias através do cumprimento das Políticas Públicas, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Guajará.	80% das pessoas com deficiência incluídas na escola no final de 2018, com uma média de 140 pessoas acompanhadas a cada ano.	Planilhas de atendimentos domiciliares. História de vida. Testemunhos Fotografias.	A pessoas com deficiencia e suas famílias conhecem seus direitos e os exigem que sejam cumpridos e com isso sejam incluídos.

Resultados:			
<p>1. Famílias organizadas e defensoras dos direitos das pessoas com deficiência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição de 1 (uma) Associação Comunitária legalmente registrada ate o final de 2016. ▪ Formação de 10 grupos de autoajuda constituídos ate o final de 2018: <ul style="list-style-type: none"> - 2016: 4 grupos; - 2017: 3 grupos. - 2018: 3 grupos. ▪ 8 orientadoras visitam 140 crianças/pessoas com deficiência numa média de duas vezes por semana, nos três anos do projeto. ▪ 25% de pais e mães de pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho, através do incentivo à formação profissional e acesso ao crédito. <ul style="list-style-type: none"> - 5% em 2016. - 10% em 2017. - 10% em 2018. 	<p>Estatuto Ata de reunião Fotografias</p> <p>Plano de reunião mensal. Fotografias Depoimentos.</p> <p>Informes de atividades. Fotografias. Depoimentos.</p> <p>Relatórios. Fotografias História de vida.</p>	<p>As pessoas com deficiência, familiares e instituições atuam efetivamente em rede.</p> <p>As pessoas com deficiência e suas familias participam regularmente das reuniões dos grupos de autoajuda.</p> <p>Existe continuidade nas famílias das orientações repassadas pelas orientadoras.</p> <p>As famílias de pessoas com deficiência melhoram sua renda.</p>
<p>2.</p>	<p>1 Plano de Ação elaborado pelas</p>	<p>Fotografias. Plano de ação.</p>	<p>Instituições locais e governamentais trabalham em</p>

<p>União dos órgãos envolvidos com a causa das pessoas com deficiência (envolvimento de todos os projetos e o Governo local).</p>	<p>organizações envolvidas com a causa das pessoas com deficiência, até o final de 2016 para 2017 e 2018;</p> <p>2 Eventos Comunitários a cada ano (2017 e 2018).</p>	<p>Ata de reunião.</p> <p>Fotografias. Reportagens. Convites para a reunião</p>	<p>parceria no apoio a pessoa com deficiência.</p> <p>Instituições locais atuam em rede em favor da pessoa com deficiência.</p>
<p>3.</p> <p>Pessoal do projeto qualificado em políticas públicas e outras áreas da deficiência</p>	<p>8 pessoas da equipe do projeto tecnicamente formadas em Políticas Públicas e em novas áreas da deficiência no decorrer dos 3 anos do projeto.</p>	<p>Fotografias. Relatórios.</p>	<p>Existe atuação efetiva, qualificada e continuada das atividades junto às pessoas com deficiência e famílias.</p>

Atividades:				
Descrição	Recursos	Custos (CBM)	Custos (Contrapartes)⁹	Suposições
Resultado 1: Desarrollo de potencialidades				
1.1. Constituir associação comunitária para lutar pela efetivação dos direitos.	Recursos didáticos		1.200,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões.
1.2. Construir 10 grupos de autoajuda com pessoas deficientes e familiares.	Recursos didáticos		600,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões.
1.3. Palestras com o Ministério Público, INSS, Justiça do trabalho sobre direitos do cidadão.	Recursos didáticos		2.200,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões.
1.4. Visita das Orientadoras de um a dois dias por semana com: Orientação familiar, terapia ocupacional, fisioterapia e psicopedagogia.	Recursos didáticos Transporte – aquisição de 6 novas bicicletas.		3.000,00 3.000,00	As orientadoras comunitárias participam regularmente das reuniões.
1.5.				

⁹ Las contrapartes incluyen a la fundación Disde y a los GAD municipales.

<p>Acompanhamento mensal dos coordenadores à fisioterapeuta, Assistente Social e Orientadoras sobre o processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência.</p> <p>1.6. Reunião mensal dos coordenadores com as orientadoras para avaliação e debate de novas ideias sobre as atividades desenvolvidas e atividades futuras.</p> <p>1.7. Desenvolvimento de 18 cursos na área de economia solidária (culinária, corte e costura, corte de cabelo e penteado, Manicure e pedicure, alimentação alternativa, doce e salgados) 4 Palestras e Oficinas – orientação profissional: como manter um pequeno negócio, intermediar acesso ao crédito.</p>	<p>Mobilização desse pessoal</p> <p>Recursos didáticos</p> <p>Pagamento de monitor/a Recursos didáticos Lanche</p>	<p>9.000,00</p>	<p>6.000,00</p> <p>1.200,00</p> <p>9.000,00</p>	<p>Não existe.</p> <p>Assiduidade das orientadoras às reuniões.</p> <p>Assiduidade e envolvimento de pessoas com deficiência, familiares e comunitários.</p>
<p>Resultado 2: Inclusión</p>				

2.1. Procurar Aproximação e diálogo com os órgãos públicos locais.	Folder – material de apresentação da fundação e seu projeto.		1.200,00	Acessibilidade aos órgãos desejados.
2.2. Divulgação pela mídia. Reunião com os coordenadores dos órgãos.	Recursos didáticos.		600,00	Disponibilidade de espaço na mídia local.
2.3. Elaborar um Plano de Ação em conjunto.	Recursos diáticos Lanche		1.200,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões e pessoas de diversas instituições envolvidas.
Resultado 3: Comunicación social y abogacía				
3.1. Buscar instituições e parcerias que possam oferecer os cursos (IFAC, SENAC, CEFLOA, NAPI).	Mobilização de técnicos e coordenadores.		1.600,00	Instituições parceiras entendam e assumam a necessidade de profissionalização da pessoa com deficiência.
3.2. Conscientização sobre a importância da qualificação profissional.	Mobilização de técnicos especializados na área. Folder.		600,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões.
3.3. 6 Palestras com 100 representantes de	Pagamento de monitor. Materiais pedagógicos.		3.000,00	Disponibilidade de local para realizar as reuniões e

instituições de ensino (UFAC, IFAC, SENAC, CEFLOA, entre outros), sendo 3 em 2016 e 3 em 2018.	Lanche			educadores livres para participarem.
Resultado 4: Trabajo en red				
Resultado 5: Gastos de personal y administración				
5.1. Salario de coordenador/a	Salário	44.460,00		
5.2. 1 salário mínimo de contador/a	Salário		33.345,00	
5.3. Meio salarios de 10 orientadoras comunitárias	Salários	55.575,00	55.575,00	
5.4. 1 salário mínimo de secretária	Salário	33.345,00		
5.5. Meio salário mínimo de menor aprendiz	Salário	16.672,50		
5.5. Gastos administrativos (CBM)		6.000,00		
5.6. Gastos administrativos			12.000,00	

(Fundação)				
5.7. Gastos com remedios e consultas			90.000,00	
5.8. Auditoria anual		3.000,00		
Resultado 6: Monitoreo CBM y Evaluación externa				
6.1. Assessorias de assessores da CBM. 2 por año. 6 en total.	Assessorias	6.000,00		
6.2. Avaliação externa do projeto ao término do segundo ano da implementação do projeto.	Evolução	6.000,00		
	TOTAL	R\$ 180.052,00	R\$ 225.320,00	

Presidente de Honra e Conselheiro
Pe. Herbert Douteil, CSSp

Presidente
José Valderí Farias de Souza

Vice-presidente
Valdenísio Martins Leitão